

Caminhos da igualdade

Josaphat Marinho

Os problemas sociais, econômicos, políticos, tenham ou não caráter científico, geram, comumente, controvérsias, e por vezes equívocos ou confusões. São várias as razões ou circunstâncias determinantes de divergências e dúvidas. Não raro, tais situações se delineiam por atitudes preconceituosas de participantes do debate. Assim procedem muitos, mesmo que adotem essas posições sem intuito de deformação da realidade. Motivos diversos influem na interpretação insegura das questões e suas particularidades. Uns emocionais. De formação intelectual ou especificamente religiosa, outros. Muitos originários de interesse. De qualquer modo, projetam uma certeza que não corresponde ao juízo ou à compreensão da generalidade das pessoas. Daí a necessidade de revisão freqüente de apreciações incertas ou impróprias.

Os problemas de raça ou de cor, sobretudo quando examinados no plano político, são vistos sob ângulos diferentes, e até contrastantes. A origem das pessoas, seu grau de instrução, o meio em que vivem suas concepções da vida ou sua condição econômica, além de outros fatores, refletem-se no processo de análise social. Por ampla que seja, e é grande, a evolução, desde a abolição da escravatura, seria inexacto afirmar que haja perfeito convívio entre negros e brancos no Brasil. Resíduos da sociedade escravocrata subsistem até hoje. Se em certos ambientes de trabalho a coexistência é normal ou quase normal, como no serviço público e nas fábricas, nas universidades ou no parlamento, em outros há restrições inegáveis. Mas é igualmente excessivo considerar essas restrições como caracterizadoras de um processo de discriminação. São desvios, talvez, de educação, que já não encontram prolongamento nas



relações sociais em geral. Nem há clima para conservá-los, se a sociedade se aperfeiçoa, e se "a ausência de qualquer orgulho de raça" se inclui entre "os traços distintivos do brasileiro", na fundamentada observação de Fernando de Azevedo. Não há esquecer, também, que normas constitucionais e legais prevêm sanções por atos de racismo, em complemento do processo civilizador. Esse processo civilizador, mais do que as sanções, é que assegura a aproximação crescente, a assimilação das raças.

A política, favorecendo o diálogo constante, representa extenso campo redutor de diferenças e desconfianças. É grave equívoco, assim, sustentar que negro deve voltar em negro. Primeiro, por ser uma sugestão discriminatória, excludente da hipótese do negro votar em branco, ou do branco em negro. Depois, por ser provocadora da reação oposta, de branco só votar em branco. O voto é direito do cidadão: não tem cor. Nem para o eleitor nem para o elegível. Pressupõe a escolha por merecimento, não pela cor da pele. Importante e justo é propiciar a presença crescente do cidadão, negro ou branco, na atividade política, co-

mo forma de tornar sempre mais efetivo o princípio constitucional da igualdade. Nesse campo, os cidadãos devem aliar-se, acima de diversidade racial, para vencer os obstáculos providos da desigualdade econômica. Esta desigualdade, geradora e mantenedora do desequilíbrio educacional e cultural, é que deve constituir o alvo de combate de todos os cidadãos, negros ou brancos, destituídos do poder do dinheiro. Se em lugar dessa luta comum, os pobres em geral se perderem na disputa pela cor, estarão sustentando os privilégios que lhes reduzem os direitos.

Em verdade, contidas as desigualdades econômicas e que homens e mulheres, independentemente do colorido da pele, terão condições de instruir-se e desenvolver-se, para viver sem desequilíbrio injustos. Desatentos a essa mudança social, e preocupados em entredevorar-se por preconceitos raciais, negros e brancos pobres e de classe média concorrerão, ou estão concorrendo, para perpetuar os privilégios dos ricos. E a exacerbação desses privilégios não interessa nem aos ricos, numa sociedade em que se fortalece a consciência democrática.

No momento em que se comemora o tricentenário da morte de Zumbi, que lutou bravamente para extinguir a mancha da escravidão, é preciso que preconceitos não dificultem a consolidação da verdadeira igualdade. Sem conquistas graduais na esfera econômica, pelos mecanismos instituídos nas leis, a paridade democrática permanecerá um sonho. Sem violência contra os que podem e sem entredevorar-se, os injustiçados têm meios de ascensão na sociedade. Para tanto, é essencial o uso da inteligência e do senso da realidade.

Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia